

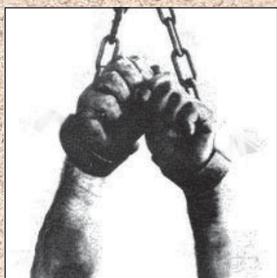
PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA



Sérgio Pardal Freudenthal, especialista em Direito Previdenciário e Infortunístico, fez palestra no SENGE-RJ

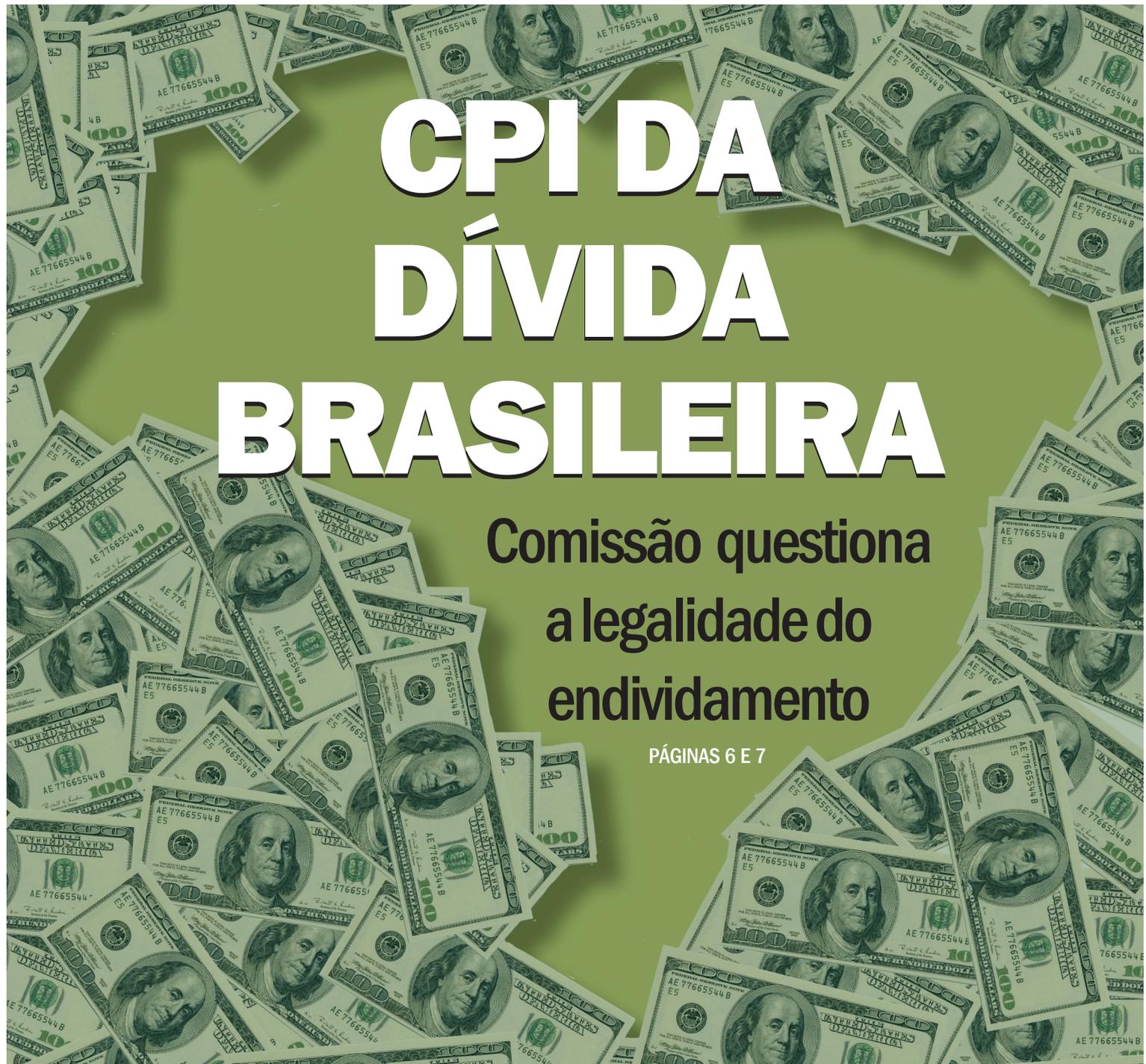
PÁGINA 8

QUEM TORTURA NÃO MERECE SER ANISTIADO



Participe da campanha, complete o formulário e envie a petição on line aos ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República

PÁGINA 5



CPI DA DÍVIDA BRASILEIRA

Comissão questiona a legalidade do endividamento

PÁGINAS 6 E 7

Julia Gaspar



Atendimento aos engenheiros de Furnas, no SENGE-RJ

Engenheiros de Furnas, enfim, têm vitória na justiça

■ Depois de 28 anos, é liberado valor incontroverso do processo da Data-Base da empresa. **Págs. 4 e 5**

Crônica de tragédias anunciadas

No ano de 2009, várias tragédias provocadas por chuvas, deslizamentos de terra e desabamentos atingiram, principalmente, o sul do país. Estamos falando do vale do Itajaí, em Santa Catarina, e da área metropolitana de Porto Alegre. Na passagem do ano, mais precisamente na madrugada do dia primeiro, foi a vez da Baía de Angra dos Reis. Somente em Angra morreram 50 pessoas e o perigo ainda não passou. Inúmeras áreas de risco estão sendo identificadas em uma faixa litorânea próxima a Angra, demolições serão feitas e outras providências serão tomadas pelos poderes públicos. Será que isto poderia ter sido evitado? É a pergunta que todos fazem.

Antes de tentar responder a pergunta formulada, essas tragédias também nos levam a pensar nas crescentes mudanças climáticas porque passa o planeta e no fracasso que foi a recente Conferência, realizada em novembro passado, em Copenhague, com a finalidade discutir medidas a serem adotadas.

Voltando a pergunta anterior, nossa opinião é que, mesmo com os problemas climáticos que temos tido, os meios de evitar as tragédias estão muito tímidos. As políticas de prevenção e mesmo do enfrentamento das catástrofes e desastres ecológicos não fazem parte das prioridades dos governos. Apesar desses fatos se repetirem a cada ano, e agora com uma frequência cada vez maior e com uma magnitude também maior, tudo se passa como se fosse a primeira vez.

Devido a intensidade da atual catástrofe e a possibilidade real de que fatos ainda mais graves possam acontecer, é possível que a atenção dos governos aumente. Pelo menos desta vez.

É o petróleo, anjo!

■ PAULO METRI

No dia 12/12, a manchete de um dos nossos principais jornais dizia: "Uso da internet aumenta 75%". Isso em três anos, de 2005 até o ano passado, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Outro jornal brasileiro também muito conceituado noticiava, baseado na mesma pesquisa: "65% do país não têm acesso à internet". As duas manchetes não são contraditórias, apesar de soarem estranhas à primeira vista, pois o país tinha um percentual de excluídos digitais enorme em 2005 e, apesar de o número de internautas ter crescido expressivamente nos três anos, este percentual melhorou, mas ainda continuou baixo.

Por que realçar o ângulo bom ou o mau de uma notícia? Trata-se simplesmente de um jornal otimista, que vê a metade do copo cheio, e outro pessimista, que só vê a metade vazia? Não, trata-se de um jornal que reconhece melhorias alcançadas pelo atual presidente, enquanto outro não vê nada de bom no atual e sua saudade do anterior. Mas, mais que isto, eles querem formar a opinião dos leitores, com visões bem díspares. Então, se existe algum desavisado, saiba que vivemos em um fenomenal jogo de enganação, em que muitas coisas não são o que parecem ser e o que elas realmente são está escondido. Vamos tentar desvendar um destes segredos.

O presidente Lula é chamado de "o cara" e recebe uma declaração de amor, representantes de governos estrangeiros, chefes de Estado e de governo nos visitam e acolhem calorosamente nosso presidente, o Brasil merece um artigo cheio de elogios, na lógica deles, no The Economist, e vamos sediar um campeonato mundial de futebol e uma Olimpíada. Alguém dirá: "Descobriram o Brasil!". Certo, mas por que será?

Sessenta por cento da energia consumida no mundo vêm de petróleo e gás natural. A economia mundial é excessivamente dependente dos seus derivados, principalmente para geração de calor em residências e processos industriais, geração elétrica e transportes. A possibilidade de medidas de conservação de derivados é muito limitada no presente. Hoje, os substitutos dos derivados ainda são muito caros e não são esperados grandes avanços tecnológicos no curto prazo. Assim, as economias que cedo migrarem para as fontes alternativas perderão a vantagem comparativa de serem movidas por um energético básico barato, pelo menos por algum tempo. Até aqui, estamos falando do petróleo como fonte energética, porque, como matéria prima, um dos seus derivados, a nafta, dá origem aos milhares de produtos da petroquímica.

Quatro das sete maiores economias do mundo (G-7), as do Japão, Alemanha, França e Itália, importam 100% das suas necessidades de petróleo e a economia dos Estados Unidos, a maior de todas, importa dois terços do que precisa. O Reino Unido, outro membro do G-7, que já foi auto-suficiente graças ao Mar do Norte, hoje importa cerca de 10% da sua necessidade de consumo. O Canadá é o único membro do G-7 que é auto-suficiente.

Além disso, 65% das reservas mundiais remanescentes estão em seis países do Oriente Médio e 80% das mesmas reservas estão em países politicamente instáveis. Três quartos destas reservas estão nas mãos de empresas estatais, basicamente do mundo em desenvolvimento.

Por outro lado, em 2005, para cada quatro barris consumidos só um era repostado por descoberta. Além disso, estudiosos indicam que a produção mundial de petróleo está passando por um máximo agora, ou passará em momento próximo, e depois deste máximo a produção cairá seguindo uma curva com declive acentuado.

Os países desenvolvidos, maiores dependentes da importação de petróleo, vivem sob a ameaça constante de um "apagão" de combustíveis. Então, a importância geopolítica e estratégica do petróleo é indubitável, começando a existir a tendência de a garantia de seu suprimento futuro ser negociada entre Estados nacionais e, havendo acordo, as empresas indicadas por eles firmam contratos comerciais.

Neste contexto, ocorre no Brasil a maior descoberta de petróleo dos últimos trinta anos. Ainda é mais importante porque o Brasil é um país confiável em nível mundial, que não rasga os contratos assinados com donos do capital. Um país bastante submisso, haja vista que aceitou quase todas as imposições feitas pelo Consenso de Washington. Com uma classe política, em sua maioria, passível ao fechamento de acordos. Tais reservas passaram a ser vistas como viáveis em termos de irem parar nas refinarias do mundo desenvolvido a um custo pequeno, quando comparado com o custo de invadir e manter países ocupados para retirada de seus petróleos.

Assim, destacou-se um esquadrão de lobistas das empresas petrolíferas estrangeiras para convencer os tomadores de decisão brasileiros a permitir as perdas propostas por eles, definiu-se uma estratégia de comunicação de massa alienante, buscando trazer para a discussão temas menores como a distribuição de royalties, enquanto o principal será roubado sem ninguém saber, e foram escalados altos funcionários do governo americano para darem o recado, no pé do ouvido: "o pré-sal não é de vocês, é nosso, mas vocês farão jus a algumas compensações, principalmente à classe dominante".

Além disso, os países desenvolvidos estão à disposição para receberem os "pressaldólares" em seus bancos, pagando taxas ínfimas, e venderem produtos com conteúdo tecnológico, consultorias, serviços diversos, todos supervalorizados. Quantos dos "pressaldólares" retornarão para os países investidores do pré-sal ou compradores de seu petróleo, através da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016? É o petróleo, anjo!*

* Adaptação da expressão agressiva, muito usada: "It's the oil, stupid!"

■ Conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros.

Texto veiculado no Correio da Cidadania em 19/12/09.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeyer, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corvelto de Azeredo.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Monitor Mercantil

Nota técnica do MTE sobre Contribuição Sindical

A nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 201/2009, sobre contribuição sindical dos profissionais liberais e autônomos, foi aprovada dia 2 de dezembro, pelo ministro Carlos Roberto Lupp. Alguns itens importantes da nota técnica são:

O recolhimento da contribuição sindical do profissional liberal empregado deve ter por base o cálculo previsto no inciso I do artigo 580 da CLT, que consiste no valor de um dia da remuneração percebida no emprego, mesmo que o profissional utilize a faculdade, prevista no art. 585 da

CLT, de optar pelo pagamento diretamente à entidade sindical representativa da categoria, conforme esclarece a Nota Técnica nº 21/2009.

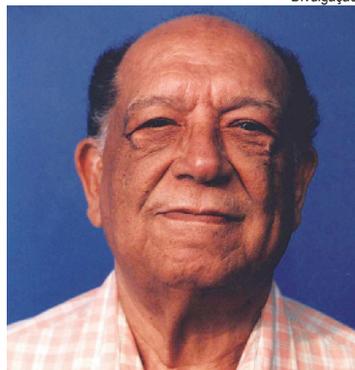
Em face dos prazos legais para o recolhimento da contribuição sindical, os conselhos de fiscalização de profissões devem encaminhar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, às confederações representativas das respectivas categorias ou aos bancos oficiais por elas indicados, relação dos profissionais neles registrados, com os dados que possibilitem a identificação dos contribuintes para fins de notificação e cobrança.

Sempre que a fiscalização dos respectivos conselhos vier a encontrar, no curso de qualquer diligência, algum profissional liberal inadimplente com o recolhimento da contribuição sindical obrigatória, deve ser apresentada denúncia ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para as devidas providências.

De acordo com o art. 599 da Consolidação das Leis do Trabalho, é prerrogativa dos conselhos de fiscalização de profissões a aplicação da penalidade de suspensão do registro profissional aos profissionais

liberais inadimplentes com a contribuição sindical obrigatória, antes ou após qualquer providência tomada pelo MTE.

Como ressaltado na Nota Técnica nº 64/2009, a legislação brasileira considera nulos de pleno direito os atos praticados por entes públicos das esferas federal, estadual ou municipal, relativos a emissões de registros e concessões de alvarás, permissões e licenças para funcionamento e renovação de atividades aos profissionais liberais e autônomos, inclusive taxistas, sem o comprovante da quitação da contribuição sindical.



Divulgação

Engenheiro Heitor Manoel Pereira

Engenheiro homenageado pelo CREA-RJ

O engenheiro Heitor Manoel Pereira, falecido em março de 2008, foi homenageado pelo CREA-RJ e teve o nome inscrito no Livro Láurea ao Mérito CREA-RJ, da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, dia 11 de dezembro, no auditório da sede do Conselho. A homenagem foi uma indicação do SENGE-RJ e representa um ato de respeito e consideração a profissionais e instituições que contribuíram para o desenvolvimento tecnológico e social do estado do Rio de Janeiro e seu país.

Comunicado aos Engenheiros da Ampla

Após reunião realizada dia 22 de dezembro entre a Presidência do SENGE-RJ e a Diretoria de Recursos Humanos da Ampla, foram ajustados os pontos ainda divergentes com relação aos termos do Ofício nº 625/2009-DIR, enviado à empresa, com as deliberações dos engenheiros feitas na Assembléia do dia 25 de novembro e aprovação da proposta para o Acordo Coletivo de Tra-

balho (ACT), mantidas as ressalvas abaixo:

- 1) Vigência do ACT de 01 ano (01/10/2009 a 30/9/2010);
- 2) Ticket-refeição/alimentação: 24 tickets-refeição por mês trabalhado;
- 3) Inserção de cláusula específica sobre o Piso Salarial dos Engenheiros
- 4) Rejeição pela maioria dos engenheiros presentes à assembléia, da propos-

ta de aumento da jornada de trabalho.

O SENGE-RJ enviou ofício para a Ampla, solicitando a imediata assinatura do ACT e também a antecipação do pagamento das parcelas a que fazem jus os Engenheiros, com o reajuste do salário a partir do mês de outubro, além do pagamento do abono de R\$1.000,00, para o início do mês de janeiro de 2010.

Informe EPE: reunião sobre ACT

Em nova reunião, realizada dia 22 de dezembro, os sindicatos signatários do ACT na EPE voltaram a insistir junto à empresa a importância da construção de uma nova proposta para o fechamento do ACT 2009/2010. Os sindicatos informaram à empresa a necessidade de uma proposta semelhante à que foi acordada no setor elétrico, ou seja, que além da recomposição da inflação, a proposta também contenha algum ganho real. Também foi sugerido que seja firmado um documento (carta compromisso) contendo alguns itens que são essenciais na composição do novo acordo e cujo período de discussão não esteja limitado ao período da data-base.



ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Vitória do SENGE-RJ e dos engo

■ Justiça libera alvará do valor incontroverso do processo da Data-Base da empresa, depois de 28 anos

Demorou muito, mas a justiça foi feita. O SENGE-RJ venceu ação judicial de diferenças salariais, a favor dos engenheiros de Furnas, depois de uma mudança na Data-base, feita pela empresa. Já se passaram 28 anos. A espera foi longa para 851 engenheiros beneficiários no processo. Cerca de 100 deles morreram a espera de receber o valor de direito. Mas, enfim, a justiça determinou o pagamento da parte incontroversa, referente a cerca de 71 milhões e meio de reais. O valor total do processo é em torno de 150 milhões.

O engenheiro Plínio Pereira Goulart, beneficiário do processo, afirma: “É importantíssimo, um pouco tarde, mas sempre é importante ver cumprido os nossos direitos. E a gente ainda está vivo para poder usufruir do que é nosso de direito, porque nem todos estão vivos para isso. O SENGE-RJ está de parabéns, porque o Sindicato puxou para ele e resolveu a questão”.

O diretor do SENGE-RJ, Paulo Granja, declara: “Nós estamos muito emocionados com isso, a gente jamais deixou de acreditar na vitória, o tempo todo lutamos, apesar de todas as resistências que a gente encontrou, apesar de todas as pessoas que se negavam a reconhecer esse direito, pessoas que a gente até suspeita que tinham interesses ocultos por trás dessas resistências. Mas a gente, como sempre acreditou na verdade, na justiça e no direito dos engenheiros, especificamente nesse processo, foi até o fim e resistiu a tudo. Foi uma luta enorme e a gente acha que está saindo vitorioso nesse momento, apesar de a vitória ainda não estar completa, porque essa é uma vitória parcial.

VALOR CONTROVERSO

O incontroverso é aquilo sobre o que não há mais controvérsias, não há o que discutir, é a parte que Furnas reconhece como sendo correta, na forma de cálculo deles. Furnas reconhece 71 milhões e meio de reais, hoje. A condenação total chega a algo em torno de 150 milhões, sendo que destes 150 milhões, 34 milhões são relativos ao INSS, que é uma parcela da condenação exclusiva da empresa, que não é devido aos engenheiros. O SENGE-RJ já recorreu sobre o valor restante, o valor controverso

“Furnas insiste que a maneira de calcular a cor-

reção do valor devido não é igual àquela que foi homologada. O SENGE-RJ já teve cerca de 15 vitórias nas diversas instâncias do judiciário sobre o processo, e a empresa sempre insistindo em negar”, explica o diretor Paulo Granja. Ele diz que o momento em que o SENGE-RJ teve dificuldade maior foi quando o procurador do Ministério Público, o Adriano Saboya, começou a argumentar que estava tudo errado, inclusive levantando suspeitas sobre a idoneidade das pessoas envolvidas. E Furnas, agora, depois de homologado o valor total, de 150 milhões de reais, inclusive com critério de correção que o Sindicato sempre defendeu desde o início, continua a dizer que a maneira correta de calcular a correção é outra. “Provavelmente não só o tribunal do Rio de Janeiro, mas o tribunal de Brasília vai ser instado a decidir sobre o valor controverso. Nós estamos preparados e temos todas as condições de, novamente, sairmos vitoriosos”, garante Paulo Granja.

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos, declara: “o direito desse processo já foi reconhecido há mais de 20 anos e só agora está sendo executado. Isso nós precisamos questionar na justiça, não podemos aceitar tanta demora. Os engenheiros entraram com o processo jovens e estão recebendo esse direito já no final da vida e muitos já morreram”. Olimpio considera que, para o Sindicato, é um marco muito importante: “queremos que os engenheiros entendam a importância do SENGE-RJ, a seriedade desta instituição em manter uma luta por 28 anos, passando por diferentes gestões e ganhá-la, tornar efetivo um direito conquistado. Que todos os engenheiros do Rio de Janeiro tenham consciência do trabalho deste Sindicato”. O presidente do SENGE-RJ agradece: “nós conseguimos montar um esquema muito bem feito, bem organizado, estão todos de parabéns, os funcionários e a direção desta entidade”.

Há cerca de 10 anos atrás o processo esteve em fase final, houve a possibilidade de uma proposta de acordo. Mas o jornalista Ricardo Boechat publicou uma nota dizendo que Furnas pagaria um processo com valores altos, então um procurador entrevistou, depois de ler a notícia, com o intuito de verificar se havia alguma irregularidade no processo, e interpôs várias medidas judiciais, no sentido de reclamar o valor que seria pago. O que fez o processo atrasar ainda mais.



Sindicato recebe e-m

“Ontem estive no SENGE-RJ. Gostei de ver um Sindicato renovado, gentil, atencioso, com ambiente digno para receber os engenheiros. Senti novamente orgulho de ser engenheiro. Quero expressar meu agradecimento pessoal pela sua dedicação, paciência e atenção à causa. Transmita aos membros do Grupo de Acompanhamento os agradecimentos.”

• **Sebastião Laercio**

“Parabéns pela impecável organização e rapidez do esquema do nosso atendimento. Diria que o SENGE-RJ é um dos sindicatos que escapou da recaída recente que transformou um grande número de sindicatos em ‘amarelos’ ou ‘pelegos’. Saudações Libertárias”.

• **Olavo Cabral**

“Realmente, a organização do SENGE foi ir-retrocável, o que me faz ficar mais otimista com o recebimento do controverso em prazo razoável. Infelizmente, a Justiça do Trabalho não está seguindo o mesmo caminho da justiça comum, na qual estão sendo implantadas várias modificações no Código de Processo, visando dificultar a interposição de recursos, agravos e outras malandragens que as partes (principalmente as patronais)

Engenheiros de Furnas



Engenheiros do processo da Data-Base de Furnas sendo atendidos por funcionários da Caixa Econômica Federal e do Sindicato

JULIA GASPAR

ENTREVISTA

MÁRIO SÉRGIO PINHEIRO*

– Há previsão para sair o valor controverso do processo?

Mário Sérgio – “Não há previsão para sair o valor controverso do processo! A empresa entrou com embargos à execução (uma impugnação aos cálculos homologados), visando a rediscutir os cálculos homologados, esse "recurso" é julgado pela própria Juíza da 3ª Vara.

Rejeitados esse embargos, caberá um outro recurso ao TRT, chamado Agravo de Petição, que será julgado pela 4ª Turma do TRT. (Turma preventa em razão de ter apreciado antigo recurso de Furnas, sobre os parâmetros dos cálculos). Julgado o agravo, caberá recurso de embargos a própria Turma e posteriormente recurso ao TST. Em virtude do número grande de volumes, esse é um processo que cada movimentação é bastante demorada ante aos ritos administrativos dos órgãos internos da Justiça.

Vale lembrar que o processo tramita com rito preferencial em razão da idade dos substituídos. Nossa experiência nos leva a avaliar que um processo desta magnitude pode levar, em média, uns quatro anos para percorrer os trâmites acima colocados.”

– Por que a vitória demorou tanto?

Mário Sérgio – “Não podemos falar dos aspectos jurídicos anteriores a 2003, quando assumimos a condução do processo. Mas o processo teve seu trâmite normal alterado em razão da entrada do MPT nos autos em 1997 e do incêndio do TRT em dezembro de 2002, que queimou os autos da ação cautelar e da ação rescisória que o MPT movia contra a decisão dos autos.

Desde 2003 até o presente momento, conseguimos a restauração dos autos da ação cautelar e da ação rescisória, seu julgamento no TRT, no qual fomos parcialmente derrotados. Recorremos ao TST, e em tempo recorde, menos de um ano, conseguimos o julgamento do recurso, no qual fomos vitoriosos, com a extinção das citadas ações. Após isso, conseguimos o prosseguimento da execução, na qual apresentamos os cálculos, seguindo estritamente o definido em todas as decisões judiciais, o que possibilitou a homologação dos cálculos e a liberação do incontroverso, o que, para nós, foi uma importante vitória, em um processo que, quando assumimos, já tramitava há 22 anos. “Em janeiro, depois de 15 anos de assessoria ao SENGE-RJ, eu não estarei mas a frente do processo, mas tenho a certeza que os profissionais do meu escritório designados por mim terão a mesma dedicação para a melhor e mais rápida solução do processo.” ■

* Advogado responsável pelo processo da data-base de Furnas

‘O petróleo tem que ser nosso’, o futuro do país em documentário

A AEPET e o Sindipetro-RJ são os patrocinadores do filme “O petróleo tem que ser nosso – última fronteira”, um documentário de 60 minutos, lançado em agosto, que tenta responder a uma inquietante questão: diante das gigantescas reservas do pré-sal, que direção o país vai tomar? O filme reúne depoimentos de políticos de vários partidos, intelectuais de diferentes pensamentos, trabalhadores, donas de casa, militares e militantes de movimentos sociais e sindicais.

Dos 34 depoimentos, estão desde o governador do Paraná Roberto Requião (PMDB) e do senador Aluísio Mercadante (PT), os deputados Chico Alencar (PSOL) e Brizola Neto (PDT), ao dirigente do MST João Pedro Stédile e ao coordenador da Conlutas José Maria de Almeida, passando pelo Brigadeiro Sérgio Ferolla, ex-diretor do CTA (Centro Técnico Aeroespacial) entre 1989 a 1992, comandante da Escola Superior de Guerra e ex-presidente do STM (Superior Tribunal Militar). Também D. Dimas Lara Barbosa, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e secretário-geral da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Além de economistas, como Carlos Lessa e Adriano Pires, que garantem a apresentação de visões controversas.



O ex-diretor e ex-presidente do SENGE-RJ declara: “Considero o filme uma obra da maior importância, não só pela qualidade de vários depoimentos que contem, mas também porque, certamente, cumpre seu objetivo, oferecendo subsídios fundamentais que nos obrigam a refletir sobre a importância das recentes descobertas de petróleo na camada do pré-sal na costa brasileira, pela Petrobras. Depois das várias reuniões que resultaram na carta enviada ao Presidente Lula, e do seminário realizado em novembro de 2008 no Clube de Engenharia, a exibição do filme no Cine Odeon, no final de julho de 2009, foi um dos grandes momentos da campanha. Disponibilizado pelas entidades que patrocinaram sua realização, o filme é uma mensagem de otimismo sobre o futuro do país”.

“Considero o filme uma obra da maior importância, não só pela qualidade de vários depoimentos que contem, mas também porque, certamente, cumpre seu objetivo, oferecendo subsídios fundamentais que nos obrigam a refletir sobre a importância das recentes descobertas de petróleo na camada do pré-sal na costa brasileira, pela Petrobras. Depois das várias reuniões que resultaram na carta enviada ao Presidente Lula, e do seminário realizado em novembro de 2008 no Clube de Engenharia, a exibição do filme no Cine Odeon, no final de julho de 2009, foi um dos grandes momentos da campanha. Disponibilizado pelas entidades que patrocinaram sua realização, o filme é uma mensagem de otimismo sobre o futuro do país”.

Contra a anistia a torturadores

Está lançada a campanha contra a anistia aos torturadores. Os crimes praticados durante a ditadura são crimes contra a humanidade e não podem ser anistiados. Em breve, o Procurador Geral da República apresentará parecer sobre a matéria na ação (ADPF nº 153) que tramita no Supremo Tribunal Federal, que, em sua decisão, estabelecerá um novo marco de democracia para o país.

Pela importância desta decisão, o Comitê Contra a Anistia aos Torturadores estabeleceu, num primeiro momento, uma "petição on line", como uma forma de apelo ao Supremo Tribunal Federal para que os torturadores, sequestradores e assassinos dos opositores à ditadura militar não sejam anistiados.

Para aderir, basta acessar no link: [www.ajd.org.br/ contraanistia_port.php](http://www.ajd.org.br/contraanistia_port.php) e completar o formulário, assinando a petição que é enviada aos ministros do Supremo Tribunal Federal e para o Procurador Geral da República.

emails de engenheiros

usam com o único objetivo de postergar decisões e adiar desembolsos. Isso é estranho, porque a Justiça do Trabalho é regida pelo princípio da vulnerabilidade do empregado perante o empregador e, portanto, devia ser mais ciosa dessas coisas.”

• Antonio Luiz Camara Goncalves Carvalho

“Quero deixar registrada aqui a minha satisfação pelo excelente trabalho realizado pelo SENGE-RJ na liberação de parte do numerário devido por Furnas no processo da Data-base. O empenho e a dedicação desenvolvidos pelos brilhantes advogados são dignos de todos os elogios possíveis. Acreditamos que, com esse empenho eficaz, a liberação do restante da dívida será efetivada num curto espaço de tempo. Aproveito para ressaltar o trabalho exercido pela sua funcionária Edilene, cuja delicadeza e eficiência demonstradas ao minimizar nossas aflições, permitiram, notadamente a mim, atenuar o desespero de uma espera tão longa e sofrida. Peço que creditem a ela uma grande parte do sucesso alcançado e acredito que funcionários dessa categoria são fundamentais para o excelente trabalho exercido pelo Departamento Jurídico deste conceituado Sindicato.”

• Alexandre Rodrigues Barroca Netto



A CPI da dívida no Brasil

■ Especialista garante que há ilegalidade no endividamento brasileiro e dá detalhes da dívida externa e interna

A CPI da Dívida foi instalada no Congresso Nacional dia 19 de agosto de 2009, após 21 anos de espera para o cumprimento do dispositivo da Constituição de 88, que determina a execução de uma auditoria da dívida. Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da 'Auditoria Cidadã da Dívida' desde 2001, membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública do Equador (Decreto 472/2007) e requisitada pela Câmara dos Deputados para assessorar a CPI da Dívida Pública Brasileira, afirma: "a investigação tem sido fruto de muita luta social". Ela explica que o prazo regimental da CPI é de 4 meses, podendo ser prorrogado, então a primeira etapa terminou dia 17 de dezembro, tendo sido obtida uma prorrogação por mais 60 dias, assim, a CPI está prevista para terminar dia 26 de março.

O ex-diretor e ex-presidente do SENGE-RJ, Antônio Gerson Carvalho, declara: "Já se passaram quase 10 anos da grande mobilização feita, na qual mais de 6 milhões de brasileiros votaram no Plebiscito da Dívida, com 96% deles reivindicando a necessidade da realização de uma auditoria para abrir 'a caixa preta' dessa gigantesca sangria, que é a dívida brasileira. A recente instalação de uma CPI no Congresso Nacional sobre a dívida abre a possibilidade de se ter um trabalho sério, que possa indicar o que realmente é devido e deve ser pago. O SENGE-RJ participou ativamente do Plebiscito, principalmente pela atuação do ex-Presidente Sérgio Almeida, e considero importante pressionarmos e acompanharmos o andamento da CPI".

Maria Lúcia Fatorelli fala, nesta entrevista, sobre a ilegalidade da dívida, as dificuldades no trabalho da CPI, as principais conclusões da Comissão e explica a relação entre a dívida interna e a externa. Fatorelli garante: "A CPI efetuou uma simulação demonstrando que, se as

taxas tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa, que em 31/12/2008 alcançava US\$ 267 bilhões, estaria totalmente paga e o Brasil seria credor".

– **Como está o andamento da CPI da dívida pública na Câmara dos Deputados?**

Fatorelli – A CPI da Dívida Pública, instalada na Câmara dos Deputados em 19 de agosto de 2009, tem sido um importante passo no sentido de investigar o endividamento público brasileiro, tanto interno quanto externo. Considerando que a Constituição Federal de 1988 (Art. 26 do ADCT) prevê a realização da audito-

ria (SP) que também é autor do requerimento para a instalação da própria CPI. A maior parte dos requerimentos de informações foram dirigidos ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, solicitando cópias de contratos e demais documentos relacionados ao endividamento externo desde 1970 e interno a partir de 1987, conforme períodos definidos pelos parlamentares que integram a comissão.

Grande parte dos documentos requisitados nunca tinham vindo a público e somente o acesso a tais documentos históricos já constitui uma vitória dessa CPI. – **Quando deve terminar a CPI?**

Fatorelli – O prazo regimental da CPI

recesso dos deputados, embora a comissão vá funcionar todo o tempo, sem recesso.

– **Quais as principais conclusões que já chegaram?**

Fatorelli – As investigações ainda estão em andamento, pois os documentos estão chegando aos poucos e a equipe de pessoas destinada a essa investigação é muito reduzida, o que significa uma grande limitação aos trabalhos.

Mas, até o momento, já foram divulgados alguns avanços das investigações feitas pela CPI:

Foi possível obter do Banco Central uma tabela com os valores recebidos a título de empréstimos externos desde 1970, bem como dos valores pagos a títulos de juros e amortizações. Utilizando-se esses dados, que, por incrível que pareça, não eram publicados com a necessária transparência, foi possível calcular o impacto da elevação unilateral das taxas de juros internacionais efetuada pelo FED (Federal Reserve Bank), dos Estados Unidos, a partir de 1979, tendo elevado as taxas dos 6% a 20,5%. A CPI efetuou uma simulação demonstrando que, se as taxas tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa – que em 31/12/2008 alcançava US\$ 267 bilhões - estaria totalmente paga e o Brasil seria credor.

Também já foi investigado o impacto das taxas de juros internos sobre a dívida dos estados da federação que foi refinanciada pela União a partir de 1997. De acordo com a única modalidade de contrato disponibilizado pela União aos estados, foi aplicado o IGP-DI (FGV). E, de acordo com os cálculos da CPI, caso fosse aplicado o IPCA, as dívidas dos estados estariam 100 bilhões abaixo dos atuais US\$ 320 bilhões, resultado do crescimento acelerado decorrente da influência da forte valorização do dólar a partir de 1997.

Se as taxas de juros tivessem sido mantidas constantes, a dívida externa estaria totalmente paga e o Brasil seria credor

ria da dívida, que até hoje não foi concretizada, a CPI representa um primeiro passo que vem com 21 anos de atraso, por isso é tão importante.

Já foram ouvidas pela CPI pessoas que tem acompanhado o endividamento brasileiro ao longo dos anos, como Carlos Lessa, Dércio Garcia Munhoz, Sérgio Miranda e Paulo Passarinho, por exemplo, e também autoridades responsáveis pela formação do endividamento, como Murilo Portugal, Armínio Fraga e Bresser Pereira, conforme notas taquigráficas disponíveis na página da Câmara. Outros foram convidados, mas ainda não compareceram à CPI, como Delfim Neto e os atuais ministros da Fazenda e do Banco Central.

Foram elaborados diversos requerimentos de informações, a maioria de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-

é de 4 meses, podendo ser prorrogado. Assim, a primeira etapa terminou dia 17 de dezembro, tendo sido obtida uma prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, somente no dia 16 de dezembro, depois de intensa mobilização de militantes do movimento "Auditoria Cidadã da Dívida" junto aos líderes de todos os partidos políticos. Infelizmente, não há vontade política de investigar o processo de endividamento brasileiro, como ocorreu no Equador recentemente, onde o próprio presidente da República se empenhou e baixou um decreto criando uma comissão com amplos poderes de investigação durante um ano. A realidade do Brasil é diferente e a investigação tem sido fruto de muita luta social e o caminho fica mais difícil e tortuoso. Com a prorrogação, a CPI deve terminar dia 26 de março, pois são descontados os dias de

Ser ou não Ser

José Amaro B. Lima*

Somos iguais reticências,
Na frase não concluída.
Somos o tempo perdido,
No triste adeus da partida.

Somos o espaço vencido,
No retorno ao ancoradouro.
Somos a doce esperança,
Do almejado amor vindouro.

Somos apenas lembrança,
De um barco já naufragado.
Somos a poça de lama,
O medo não controlado.

Somos da fomalha, a chama,
A margem do rio profundo.
Somos o céu, a montanha,
Quem sabe, a origem do mundo.

Somos o vento que assanha,
O ontem, o hoje, o amanhã.
Somos o corpo na sala,
Balas que matam no Irã.

Somos a voz que não fala,
O orvalho do amanhecer.
Somos somente aparência,
Dilema: ser ou não ser?

Somos do perfume, a essência,
O gélido aço da espada.
Somos bem e mal querença,
Cume de toda escalada.

* Engenheiro da Ampla

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para:
imprensa@sengerj.org.br



Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da 'Auditoria Cidadã da Dívida', membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública do Equador e assessora da CPI da Dívida Pública Brasileira

Outras investigações sobre as diversas negociações da dívida externa ocorridas na década de 80 e 90, bem como os resgates antecipados realizados na década atual, estão em andamento, dependendo de documentos.

Em relação à dívida interna – que alcança a cifra de R\$ 1,8 trilhão – está havendo dificuldade em obter estatísticas desde 1987, mas já foi possível identificar que os participantes de reuniões de “analistas independentes” com autoridades do Banco Central para consultas sobre a expectativa de inflação são majoritariamente representantes do setor financeiro (bancos e gestores de fundos de investimento), justamente o segmento interessado em altas taxas. Na última reunião, realizada em setembro de 2009, dos 78 participantes cujos cargos foram identificados, 40 representavam bancos, 1 representava o FMI, 27 gestores de fundos de investimentos, 6 consultores, somente 3 do setor produtivo e apenas 1 do setor público. Tais dados evidenciam o desequilíbrio de representatividade dos diversos segmentos econômicos na definição das taxas de juros no país.

– Podemos afirmar que grande parte da dívida externa do Brasil é ilícita, como no Equador, onde 70% da dívida foi considerada ilegítima?

Fatorelli – Os processos de endividamento externo dos países latino-americanos foram idênticos sob vários aspectos.

Uma primeira ilegalidade comum, já comprovada, foi justamente a elevação unilateral das taxas de juros pelo FED norte-americano, como antes mencionado, o que inflou o estoque da dívida externa de modo ilegal, conforme instrumentos típicos do Direito Internacional – Art. 62 da Convenção de Viena e cláusula Rebus sic Stantibus, inerentes a qualquer contrato sinalagmático.

Também já foram verificadas ilegalidades denunciadas por outras Comissões de investigações antes existentes no Congresso Nacional, referentes à exigência de juros sobre juros (Anatocismo), que é proibido segundo as leis brasileiras, além de renúncias à soberania denunciadas pelo senador Severo Gomes, em 1989.

No Equador se logrou comprovar várias outras ilegalidades mais recentes, entretanto, há que se considerar que durante a auditoria realizada no Equador a equipe de investigação teve acesso direto a arquivos dos diversos órgãos responsáveis pelo endividamento público, e a profundidade dos trabalhos foi bem mais ampla que os trabalhos que estão sendo realizados pela CPI no Brasil.

Você poderia explicar a relação entre a dívida externa e a atual dívida interna?

Fatorelli – Hoje, boa parte da dívida interna encontra-se em mãos de estrangeiros que podem ingressar no país com seus dólares (cujo preço encontra-se em

queda no mundo todo) e investir em títulos da dívida que lhe garantirão a remuneração - juros – mais elevada do mundo, além de isenção do imposto de renda desde 2006. Considerando que o Brasil não aplica controle de capitais, esses atrativos à aplicação em títulos da dívida interna tem provocado o ingresso de grandes quantidades de dólares diariamente, os quais tem sido aplicados pelo Banco Central em reservas internacionais. Desse modo, ao mesmo tempo estamos aumentando o volume de reservas internacionais (que já estão em US\$ 213 bilhões) e aumentando aceleradamente a dívida interna. Ocorre que as reservas em dólares não rendem quase nada ao país, pois estão aplicadas em grande parte em títulos da dívida norte-americana cujos juros estão próximos de zero, além da desvalorização cambial, enquanto a dívida interna tem sido emitida nos últimos meses a 13% ao ano. É por isso que o Banco Central apresentou prejuízo operacional de R\$ 93 bilhões no primeiro semestre de 2009, sendo importante ressaltar que esse prejuízo foi totalmente coberto pelo Tesouro Nacional, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal que não prevê limite para esse tipo de prejuízo.

Outro dado importante é que justamente nos últimos anos o Brasil tem resgatado antecipadamente grande parte de sua dívida externa mediante a emissão de dívida interna, provocando assim uma transformação direta da dívida externa em dívida interna, mais cara e de prazos mais curtos.

Diante disso, a relação entre a dívida interna e a externa é direta e, infelizmente, a atração a uma ou outra modalidade tem atendido, ao longo dos anos, aos interesses do mercado financeiro e não da Nação.

• Para mais informações sobre a CPI da dívida, acesse: <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/>

Previdência e Aposentadoria

Júlia Gaspar

■ Especialista faz palestra no SENGE-RJ e tira dúvidas de engenheiros e outras categorias de trabalhadores

O auditório do SENGE-RJ foi sede da palestra seguida de debate “Previdência Pública, Previdência Privada e Aposentadoria”, dia 10 de dezembro, com Dr. Sérgio Pardal Freudenthal, advogado especializado em Direito Previdenciário e Infortunistico.

Em uma longa e aplaudida apresentação, Sérgio Pardal Freudenthal explicou que é preciso que todos que ganham até R\$ 3.218,00 estejam vinculados ao INSS (Previdência Pública), e todos que ganham acima disso, necessariamente, deverão buscar um complemento.

O advogado diz também a importância da aposentadoria para abrir novas vagas no mercado de trabalho: “Aposentar-se é muito bom para todo o mundo, é bom para quem pára de trabalhar e para quem quer entrar no mercado de trabalho e não encontra vaga”.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA

No Regime Geral de Previdência, há os benefícios de caráter sinistral, decorrente de sinistros, questões de morte, invalidez, auxílio doença. E há também os benefícios de caráter voluntário, que são três: a aposentadoria por idade (65 para o homem e 60 para a mulher, com, pelo menos, 15 anos de contribuição); a aposentadoria por tempo de serviço, que agora se chama por tempo de contribuição (35 anos de serviço para o homem, 30 para a mulher, com qualquer idade); e aposentadoria especial, com 15, 20 ou 25 anos de trabalho, para quem trabalha em condições insalubres, perigosas ou penosas.

Freudenthal explica que a aposentadoria por tempo de serviço, que agora é por tempo de contribuição, não é mais a mesma coisa. “Tanto que o artigo 4 da imenda 20 diz que até que venha uma nova lei mudando as estruturas, tudo o que vale como tempo de serviço, vale como se por tempo de contribuição fosse. Se fosse tudo igual, não precisava dessa norma. O que pode acontecer é uma nova lei determinar que só vale como tempo de contribuição aquele que efetivamente teve contribuição, ou seja, por exemplo, aquele tempo trabalhado para o patrão que não contribuiu nunca, deixa de valer. Não tô dizendo que a lei diz isso, e sim que poderia dizer isso”.

O advogado garante que a aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de serviço, com o tempo de serviço reduzido em razão das condições de trabalho insalubres, perigosas ou penosas. Ele explica que insalubridade é serviço não saudável, por exemplo, ruído e temperatura. Periculosidade é exposição a um agente de risco. Penosidade é o serviço que exige um esforço físico ou mental maior do que o comum. “E não é verdade que o engenheiro tenha perdido o direito à aposentadoria especial em



abril de 1995, o que acontece é que, agora, além do título de engenheiro, é preciso a comprovação da exposição aos agentes nocivos de forma habitual no trabalho”, diz Sérgio Freudenthal.

Ele explica também que o INSS considera agora que periculosidade (exposição ao agente de risco) não dá direito à aposentadoria especial. “Eu não concordo! A lei não diz isso, o que a lei diz é que o mero título da profissão não dá mais direito, é preciso comprovar a exposição aos agentes nocivos”, esclarece Freudenthal. É necessário que o patrão dê um PPP para o empregado comprovando que ele trabalhava exposto a agentes nocivos.

Sérgio Pardal Freudenthal diz que, em 1995, foi determinado que a aposentadoria especial só será concedida a quem tiver 25 anos especiais, ou então é possível converter o tempo de especial para comum. “Até aí não tinha problema, porque, em 1995, aposentado com 35 anos na aposentadoria comum pagava a mesma coisa que aposentado com 25 anos na especial. Em 1998 muda tudo, retira-se a forma de cálculo e, quando chega em 1999, não apenas muda a média contributiva, como também entra o Fator Previdenciário (FP), que eu considero um turbulenta sem vergonha que tem como divisor a expectativa de sobrevida. Na aposentadoria especial não tem FP, na comum tem FP, obrigatoriamente. O FP tem como ponto principal a expectativa de sobrevida, mas prejudica o trabalhador na hora dos cálculos, isso é uma briga que está aí.”, diz o advogado

“

Aposentaria é bom para quem pára de trabalhar e para quem quer entrar no mercado de trabalho e não encontra vagas

Sérgio Pardal Freudenthal

DESAPOSENTAÇÃO

Freudenthal explica que nenhum sistema previdenciário pode, hoje, pagar mais de uma aposentadoria para a mesma pessoa. “Até 1993 o aposentado que voltasse a trabalhar contribuía, mas quando saía da atividade, recebia a contribuição de volta, com o nome de pecúrio, com juros e correção monetária. Em 1993, o então presidente Itamar Franco acabou com isso, aposentado não tinha mais pecúrio. Em abril de 1994, a deputada Rita Camata era a relatora do processo e manteve extinto o pecúrio. Em 1995, o aposentado voltou a contribuir, obrigatoriamente, sem ter direito a nada”, diz o advogado.

Mas ele enfatiza que o contribuinte não pode pagar para não ter direito a nada. “E a regra da contrapartida. Então inventaram a tal da desaposentação. Não posso modificar benefício, nem ter benefício novo, se já sou aposentado, logo a saída correta é a desaposentação para que se possa receber o benefício mais favorável. E não dá para requerer isso na via administrativa, porque o INSS não compreende essa possibilidade, diz que o benefício é irrenunciável. Mas não é bem assim, porque a irrenunciabilidade de um benefício é em defesa do beneficiário e não contra ele, a irrenunciabilidade do direito social é para preservá-lo e não para sacaneá-lo. Logo, abrir mão do benefício para ter direito ao mais favorável é digníssimo, é justo, e assim os tribunais estão entendendo”, afirma Freudenthal.